

Complexidades de um mundo não tão novo

Hélio Franchini Neto

Desde o fim da Guerra Fria, os estudos sobre relações internacionais passam por algumas dificuldades na definição de um balanço efetivo entre o novo – os elementos políticos inéditos deste século – e a dimensão da continuidade. Existe uma séria tendência e, por que não, preferência pelo novo. Da “hiperpotência militar” dos EUA à globalização – além das previsões sobre o fim do Estado – muito se falou sobre novidades, as quais ainda não permitiriam que se definisse claramente o sistema internacional que substituiu ou substituirá a bipolaridade característica da maior parte do século XX.

Algumas avaliações se confundem, muitas vezes, com as ideologias de seus autores que, em um exercício de *wishful thinking*, anunciam a ascensão de um mundo novo que confirmaria suas expectativas. Outros fazem o mesmo para promover objetivos políticos que se beneficiam com a criação de certos mitos. Na maioria dos casos, possivelmente, a atualidade dos eventos talvez leve a um superdimensionamento de questões conjunturais, que apenas será corrigido com o avançar da História. Cabe notar, nesse sen-

tido, que a valorização exagerada de determinadas variáveis conjunturais em detrimento de eixos de continuidade não constituiria um risco exclusivo dos nossos tempos.

Em todas as épocas houve destaque às novidades, como se a cada década um “admirável (ou assombroso) mundo novo” viesse à tona. Se é inegável que cada tempo histórico apresenta suas inovações, a medida da continuidade também deve ser encontrada. No caso presente, contudo, houve pouco balanço entre os estudos das inovações e o das continuidades. Pouco se falou do que não mudou e, quando a continuidade foi tratada, ou acabou sendo objeto de crítica pela suposta “obsolescência”, ou foi minimizada pelo que seriam as alterações políticas do agora.

Partindo-se dessa percepção de que ainda é preciso aprimorar as avaliações sobre o balanço entre a novidade e a continuidade, o presente trabalho seleciona três aspectos da realidade internacional, a fim de propor uma reflexão sobre os estudos atuais de Relações Internacionais. Os pontos selecionados são a atualidade da guerra, as relações centro-periferia e a dinâmica nacionalismo-globalização.

Hélio Franchini Neto é diplomata de carreira e mestre em Ciência Política pela USP.

Este artigo reflete apenas as opiniões pessoais do autor e não busca representar posições oficiais do governo brasileiro.

Eles terão como objetivo fundamental apenas levantar questões, e não apresentar uma teoria ou visão do que seria a estrutura internacional corrente, ou o sistema internacional do século XXI

A atualidade da Guerra

Praticamente todos os estudos sobre a Guerra no pós-Guerra Fria têm centrado suas análises em dois elementos: a superioridade militar “incontrastável” dos Estados Unidos e o surgimento de “novas ameaças”, especialmente o terrorismo. Este segundo ponto, inclusive, é na maior parte das vezes vinculado ao primeiro, uma vez que o poderio norte-americano teria praticamente neutralizado a possibilidade de um conflito “tradicional”, abrindo espaço para outras modalidades. A fim de se considerar, então, quais seriam as linhas de continuidade na questão da Guerra, torna-se essencial referir-se às avaliações de que o poder militar dos EUA – fundamentado principalmente em avanços tecnológicos nos materiais – teria se tornado tão superior aos demais, que uma mudança de paradigma teria ocorrido em um cenário internacional tradicionalmente marcado pelo equilíbrio de poder.

Caberia, dessa forma, recordar um dos elementos fundamentais do conceito de guerra, sua caracterização como um “conflito de vontades”. As análises do poderio militar dos EUA parecem se esquecer desse elemento central, concentrando-se apenas no número e na qualidade dos tanques e aviões. Equipamentos e tecnologia são, porém, apenas um fator da equação. Voltando-se ao *Leviatã* de Thomas Hobbes, há de se lembrar que o fundamento de seu “estado de natureza” não era a guerra permanente, mas a ameaça dela. Haveria, naquele sistema hipotético,

Em termos estritamente militares, os norte-americanos foram vitoriosos na invasão do Iraque. A estratégia de enviar colunas blindadas pelo deserto diretamente a Bagdá foi eficaz. Mas não foi suficiente.

arranjos institucionais temporários, sendo a *precariedade* o elemento-chave. Conforme o filósofo político inglês, os homens são tão iguais, em capacidade e criatividade, que nenhum estará apto a organizar uma tecnologia (exércitos, armas...) superior o suficiente para dominar permanentemente os demais. Sempre haverá uma inovação do outro lado, que destruirá a tecnologia com outra tecnologia. Daí a importância do *acordo*, do contrato entre os homens para a criação do Estado. Um ato de liberdade de todos, que a exerceriam por meio da abdicação. Se o *Leviatã* criado a partir deste acordo é totalitário ou democrático, trata-se de outra discussão.

A referência hobbesiana destina-se, assim, a reforçar a avaliação de que os EUA não são, nem nunca serão, uma potência militar invencível em todas as situações. Podem ter vantagens significativas, superioridade relativa em de-

terminados pontos, em condições específicas. Exemplo dessas condições foram os combates na primeira Guerra do Golfo, em que a geografia e os erros estratégicos de Saddam facilitaram o combate aberto no deserto. Os EUA também tinham a seu favor a influência de serem os vitoriosos da Guerra Fria, a aprovação da ONU e o apoio da comunidade internacional. Por fim, o inimigo não era coeso, pois tratava-se de uma ditadura desgastada, falida após anos de guerra com o Irã e sem a competência para planejar uma nova ofensiva sustentável.

Os EUA, talvez seja possível afirmar, possuem hoje muito mais potência militar do que poder; são capacidades mais teóricas do que efetivas. Recorde-se que, até o momento, desde o fim da Guerra Fria, os norte-americanos não enfrentaram sequer uma potência média que fosse coesa, organizada e cuja população se mantivesse firme na decisão de enfrenta-los até o fim, como no caso do Vietnã. Parece, assim, que as análises nos anos 1990 praticamente deixaram de levar em conta tudo o que sempre se incluiu na composição de um quadro da guerra, tais como geografia, população, política, e legitimidade. Esses elementos acabaram desconsiderados e diminuídos pelo que seria o novo elemento, a nova “revolução em assuntos militares”, os números de orçamento, equipamento e a propagandea da superioridade tecnológica.

Salvo o próprio objetivo dissuasório de uma propaganda das capacidades militares de uma “hiperpotência” (vide, por exemplo, os inúmeros programas de TV sobre equipamentos bélicos), é preciso reiterar que a força militar dos EUA ainda depende de fatores tradicionais tais como o local do conflito, o tamanho do teatro de operações, a característica do inimigo, e a sua coesão política. Mesmo quando conseguirem uma capacidade ampla de “consciência de situação” (*situational awareness*) no campo de operações, aplicando seus conceitos de transformação e guerra centrada em rede (*network centric warfare*), ainda assim enfrentarão seres criativos e inte-

ligentes o suficiente para, em algum momento, contornar essas vantagens.

Avançando-se para a relação de forças entre as grandes potências, desconsiderando-se o elemento nuclear, é quase impossível imaginar – num conflito hipotético – a bandeira norte-americana fincada nos escombros de Moscou ou Pequim. Evitar que o inimigo ganhe também é uma forma de vitória em uma guerra. Na perspectiva nuclear, a destruição mútua assegurada (o “MAD”) ainda existe e deverá permanecer, especialmente com a decisão da Rússia de retomar seus programas militares. A tecnologia será um fator essencial, mas um fator em meio a outros.

Caberia mencionar, agora, o segundo elemento apontado no início do presente capítulo, as novas ameaças, especificamente a questão do terrorismo, em sua versão “transnacional”. O termo acabou se tornando mais um daqueles

flexíveis conceitos de relações internacionais, como “globalização”, que tudo abarcam, mas pouco explicam. Tornou-se, principalmente, um conceito substantivo, como se em si já trouxesse todos os significados dos motivos e objetivos daqueles que a ele recorrem. Ainda que indiscutivelmente ilegítimo e atroz, é preciso ressaltar, contudo, que “atos terroristas” são mais um método de ação violenta com um objetivo político do que um fim em si.

Qualificar tudo de “terrorismo”, sem uma melhor análise de origens, motivos, etc, e atribuir como seu único móvel o ódio aos EUA ou aos valores ocidentais pode facilitar as justificativas políticas de medidas de alguns dos envolvidos em seu combate, mas pouco auxilia sua compreen-

É quase impossível imaginar, num conflito hipotético, a bandeira norte-americana fincada nos escombros de Moscou ou Pequim. Evitar que o inimigo ganhe também é uma forma de vencer. A destruição mútua assegurada pelas armas nucleares ainda existe.

são. Muito dos comentários atuais também misturam diferentes organizações e seus objetivos, jogando todos na mesma vala do “terrorismo internacional”. Tampouco se pormenoriza o fato de que atribuir um vínculo com a agora mítica “Al Qaeda” pode ser interessante para pequenos grupos terroristas, que com esse rótulo adquirem maior projeção. A própria organização de Bin Laden não parece ter sido compreendida em todas suas dimensões, uma vez que muitas das análises acabam negando-lhe objetivos políticos (construção de um Estado islâmico radical na Arábia Saudita), repetindo apenas o chavão do “ódio ao Ocidente”. Esse dado poderia até revelar-se verdadeiro. Seria, contudo, suficiente para explicar a mobilização de seus partidários?

Resta, por fim, a questão da perspectiva dos tempos históricos. Há sempre a tendência em destacar ou mesmo exagerar questões presentes, ao mesmo tempo em que a análise do passado abarca maiores períodos, unificados em “eras”, “idades”, “sistemas”. Deve-se perguntar, assim, se o fenômeno do terrorismo não constitui um momento passageiro, que serviria mais como um catalisador para a definição efetiva de um novo sistema internacional. Uma hipótese poderia ser que a estabilidade e o equilíbrio alcançados entre as grandes potências (com a clara vitória norte-americana no conflito ideológico da Guerra Fria) teria o efeito de permitir o desenvolvimento de ameaças menores, que, na ausência de outros problemas, teriam destaque nas manchetes da imprensa e nas estratégias estatais, apresentando uma novidade na política. Seria a inversão do que se viu na Guerra Fria, quando o conflito central impedia e suspendia a continuidade das outras questões.

Independentemente da validade ou não dessa hipótese, o que se quer defender no presente texto é a necessidade de

se questionar (ainda que para confirmar) os “consensos” sobre esses elementos da cena internacional atual. Tudo parece novo no que diz respeito à Guerra: as novas tecnologias, novas estratégias, a ameaça do terrorismo, a globalização, etc. Mas a cada dado de novidade, há um elemento de continuidade, um caso precedente, que obviamente não é igual, mas ao menos serve para estimular a reflexão, de modo a que não nos vejamos como tão exclusivos, inéditos ou superiores aos tempos pretéritos.

A relação centro-periferia

Outro elemento muito discutido desde o pós-Guerra Fria – que igualmente passou a ser visto por lentes completamente voltadas à novidade – foi a relação entre os Estados, especificamente sobre como se relacionariam os Estados centrais entre si e com os demais. Cabe ressaltar, preliminarmente, que o conceito de “centro-periferia” que se pretende discutir diz respeito à distribuição relativa de poder entre os países, não se adotando, portanto, o

viés econômico do conceito.

Assim como no estudo da Guerra, a suposição da “hiperpotência” norte-americana pairou sobre a maior parte das análises sobre o relacionamento entre Estados do centro e da periferia. O fim da década de 1990 observou, dessa forma, certa confusão conceitual acerca dessa questão. Deixou-se de lado, especialmente, o fato de que toda a história das relações internacionais – quando estudada a partir de Westphalia – concentrou-se no relacionamento entre os países do centro para fins de caracterização do sistema. De repente, com o fim da Guerra Fria, as relações de alguns países centrais com Estados menores, restritos às suas regiões, passaram a ser utilizados como exemplo das mudanças ou dos efeitos da globalização, flexibilização da soberania, etc.

Ocorre, porém, que permanece necessário pontuar a forma como se relacionam os centros de poder da política mundial. Ainda que os Estados mais poderosos evitem se revelar diretamente, pelo uso da força, ao fim e ao cabo mantêm grande capacidade de definição das agendas internacionais, de impulsionar suas doutrinas ou de produzir “visões de mundo”. Torna-se necessário, dessa forma, voltar a incluir nas análises da atualidade internacional considerações sobre o relacionamento “centro-periferia” e sua influência em nossa conjuntura internacional.

Apenas a título de comparação e para melhor clarificação da realidade internacional, qual teria sido o efeito, para a definição do sistema internacional da época, dos resultados da Guerra dos Bôers, de conflitos entre Reino Unido e França pela África (entre os dois e não com a Alemanha), dentre os quais a Crise de Fashoda de 1908 ou do quase conflito naval entre EUA e Reino Unido no Atlântico na última década do século XIX? A guerra entre Rússia e

Japão em 1905 repercutiu no quadro estratégico da época, mas não foi vista pelos historiadores como um ponto de inflexão do sistema.

Na atualidade, cada nova intervenção – como foi na Iugoslávia, Kosovo ou nas duas Guerras do Iraque – é vista como uma mudança de paradigma das relações internacionais, de modo que a cada um ou dois anos a literatura apresenta uma suposta nova revolução internacional.

O termo “terrorismo” acabou se tornando mais um daqueles flexíveis conceitos de relações internacionais que, como “globalização”, tudo abarcam e pouco explicam.

A guerra em curso no Iraque teria para o sistema atual o mesmo impacto da Primeira Guerra Mundial em seu tempo, ou estaria mais como a influência do Vietnã na Guerra Fria ou mesmo da Guerra dos Bôers no fim do século XIX, eventos importantes, porém limitados? Eliminando-se as percepções e exageros de observadores/participantes dos eventos, o quanto das novidades e mudanças em termos de relações “centro-periferia” seria realmente verdadeiro?

Por mais de meio século o advento da bomba atômica foi considerado o elemento revolucionário do sistema, modificador de paradigmas. Raymond Aron explorou essas alterações em diversas obras. Nas análises atuais, porém, os sistemas pré-Primeira Guerra, entre Guerras e Guerra Fria parecem desenrolar-se com naturalidade, como se fossem variações de um mesmo *modus operandi* da política internacional. A bomba perdeu na literatura o efeito revolucionário que lhe era conferido há trinta anos e passou o bastão para a globalização. Qual será a efetiva dimensão dessa mudança?

Nacionalismo e Globalização

A conexão entre uma visão de mundo “nacional” e o cotidiano internacional passou a ser muitas vezes minimizado pelas avaliações correntes, em mais um resultado da globalização. A partir dele, postulou-se desde uma nova configuração da “sociedade internacional” até mesmo o suposto declínio inevitável do Estado, especialmente um de seus pilares, a soberania. Os tempos e as vozes pareciam indicar que a dita substituição da geopolítica pela geoeconomia traria consigo empresas e seres globalizados – com destaque para a ampliação do acesso às informações – de tal forma que as identidades mudariam radicalmente, causando o fim do modelo estatal anterior.

Após o 11 de setembro, houve uma aparente correção de “geos”, mas a defesa das transformações avassaladoras do transnacionalismo continuou, no caso da segurança internacional, nas caracterizações chamadas “novas ameaças”. Não se quer aqui negar o óbvio das mudanças da conjuntura internacional. Busca-se apenas levantar pontos que

talvez tenham sido objeto de ideologias específicas, alguns resultantes de equívocos da busca frenética pelo “novo” e outros, produtos do próprio desejo intelectual por um modelo diferente, em um *wishful thinking*.

Nessas discussões de empresas mais fortes que Estados e de seres humanos transnacionalizados, a questão centro-periferia, explorada no tópico anterior, é importante. De fato, grandes multinacionais, auxiliadas pelos seus próprios governos, terão capacidade de pressão sobre pequenos Estados. Mas teria a Microsoft o poder de favorecer um inimigo dos EUA em uma guerra, caso o negócio fosse melhor? Os Estados do centro mantêm, ademais, interesse estratégico em suas grandes empresas e favorecerão estas na medida em que não transgridam suas leis ou ponham em risco sua segurança nacional.

Seria possível argumentar que as empresas não precisam enfrentar, mas sim influenciar os governantes. De fato, as empresas possuem grande capacidade de influência. Outros setores da sociedade, contudo, também conseguem se fazer ouvir pelos dirigentes, ao mesmo tempo em que a maior parte dos Estados consolidados possui valores e instituições que tendem a resistir a tais influências. Ao fim e ao cabo, os executivos de multinacionais são cidadãos e pode-se perguntar onde ficaria sua lealdade, ou mesmo como a lei os trataria, caso se aliassem a um grande inimigo do seu país para maximizar seus lucros. Bill Gates, cidadão americano, colocaria sua empresa em primeiro lugar se fosse mais lucrativo ficar contra os EUA na atual “guerra contra o terror”?

Também há que se tratar da ampliação da “consciência” internacional, produzida pela Internet e pela facilitação do fluxo de pessoas. Desde o início desta “nova fase”, teorias em diversos graus vêm tratando da “diminuição” das fronteiras e do avanço na capacidade de informação, chegando, em alguns extremos, a prever o fim das instituições públicas como as conhecemos. Se é inegável a maior liberdade no acesso a dados e a maior possibilidade de movimentação entre as fronteiras nacionais, faz-se cada vez mais necessário estabelecer os matizes e limites à chamada “revolução informacional”.

Recordar, ademais, que a maior parte da população mundial permanece completamente sem acesso a computadores e com poucas oportunidades de desenvolvimento intelectual, de modo que continuam a basear seus posicionamentos políticos em maneiras mais tradicionais de aquisição de informações. Também, deve-se excluir das considerações uma pequena faixa da elite econômica e cultural que sempre esteve globalizada e sempre foi cosmopolita, de acordo com as possibilidades de cada época. Entre esses dois pólos encontra-se o restante da elite e a “classe média”, para as quais de fato a internet possivelmente representou um impacto significativo.

Essa avaliação depende, contudo, de uma certa homogeneidade na forma como as pessoas tratam o acesso a informações na rede mundial. Basta viajar para um país vizinho e constatar que, mesmo pessoas com bom nível de educação mal conhecem a capital do país fronteiriço. Obviamente, acabam tendo forte contato com a realidade internacional quando alguma crise irrompe, mas nunca antes ou depois. Ficam dependentes de uma prévia “seleção”, realizada por meios de imprensa, ou por lobbies diversos, que conseguem avançar campanhas específicas.

Esse “fator seletivo” foi tratado por Joseph Nye, no que chamou de “paradoxo da abundância”¹. Segundo o autor,

“a abundância de informação leva à escassez de atenção. Quando confrontados com um volume excessivo de informação, é difícil saber no que devemos nos concentrar. A atenção, não a informação, passa a ser o recurso escasso, e quem adquire poder são os mais capazes de distinguir os sinais valiosos em meio à celeuma. Aumenta a procura por editores (...)”.

Nye também explorará, no mesmo sentido, a questão da “confiança” da informação. Cada vez mais o avanço da Internet tem possibilitado uma atuação direta e ativa de todas as pessoas, cuja externalidade negativa poderia ser um dilema de credibilidade, pois cada vez se pode confiar menos nas inúmeras correntes de informação que circuladas pelo mundo virtual.

À parte de todos os elementos apontados, talvez qualificados como “endógenos”, existe outro, exemplificado pela forma como a sociedade norte-americana tratou a produção da informação após o 11 de setembro e previamente à segunda guerra do Iraque. Hoje, muitos meios vêm realizando “mea culpa” sobre a forma como cobriram o desenrolar da invasão iraquiana. Tratou-se, contudo, de algo além da mera submissão da imprensa ao governo, mas,

Em tempos “normais”, de ameaças limitadas, existe a tendência de os Estados flexibilizarem suas restrições ao exterior, abrindo maior espaço à atuação direta dos diferentes setores da sociedade.

possivelmente, de um movimento mais amplo da própria sociedade, que em uma espécie de defesa de sua nação, fechou-se a posturas críticas. Essa pressão pode ter sido exercida pelos próprios jornalistas, uma vez que, como membros daquela sociedade, partilham valores comuns e visões de mundo próximas. Atitude semelhante talvez deva ser esperada de outras populações, quando se sentirem ameaçadas – verdadeiramente ou não – por algum elemento externo. O “paraíso informacional” teria, assim, um limite social.

Todos esses pontos relacionados aos temas do nacionalismo e da globalização acabam por redundar em um

elemento: a diferença entre tempos “normais” e situações de crise. Em tempos normais, de baixa ameaça ou ameaças limitadas, existe a tendência de os Estados flexibilizarem suas restrições ao exterior, abrindo maior espaço à atuação direta dos diferentes setores da sociedade. Todos mantêm, contudo, o poder de retroceder a essas liberdades em uma crise. Aliás, conforme o exemplo dos EUA, o movimento restritivo às vezes não se origina, necessariamente, nos escalões burocráticos: muitas vezes as próprias sociedades se mobilizam nesse sentido, fundamentadas em ainda existentes “visões de mundo” nacionais.

Em tempos de paz (e ainda aqui se pode incluir a situação atual, mesmo com o terrorismo), é de se esperar que empresas atuem mais abertamente, ou que organizações civis pressionem governos estrangeiros sobre temas gerais; quem, em princípio, se colocaria contra a promoção dos direitos humanos? Dessa forma, o verdadeiro teste para a noção de flexibilização da soberania seria a eventualidade de uma grave crise militar internacional: qual empresa ou organização internacional prevaleceria? Voltaríamos à conhecida pergunta de Mao: quantas divisões elas têm?

Em termos de soberania, também se faz necessário pontuar que ela não se dá apenas pela negação, pela reação. Aderir, por exemplo, ao Tribunal Penal Internacional não é flexibilização, mas, sim, exercício da soberania. Cabe recordar que em todos os organismos internacionais existe a opção de denúncia. Logicamente, o custo de legitimidade e a pressão de outros Estados poderiam limitar a capacidade de um país retirar-se da instituição. Mas isso se deu também em arranjos anteriores, mesmo na Santa Aliança. Se os EUA ou a Rússia resolvessem sair da ONU e estivessem dispostos a pagar o preço em termos de capital político, quem os obrigaria a voltar? Mesmo que o Conselho de Segurança da ONU aprovasse o uso da força contra os EUA fora da organização, quem o faria?

Não se quer negar aqui – reitere-se – os avanços e as modificações ocorridos nos últimos anos no cenário internacional. Ainda que fosse forte o bastante, um país que hoje saísse da ONU provavelmente se veria isolado e prejudicado em vários outros foros. Seria pressionado até retroceder em sua decisão. Isso em condições normais. Se o mundo caminhasse para uma maior polarização, se os interesses fossem mais divididos, possivelmente o efeito poderia ser distinto. Enfim, o teste do peso de empresas e organismos internacionais – sem negar sua importância e efeitos concretos na atualidade – se dá nos períodos de grave crise. As condições dos 1990 e do início do século XXI talvez não sejam, assim, suficientes para confirmar com segurança o quanto as novas características do sistema internacional representam em termos de alterações dos paradigmas.

O problema de muitas das ferramentas de relações internacionais atuais, dessa forma, talvez resida no fato de

que se tornaram todas um pouco idealistas ou “idealizadoras”, no sentido de observar e teorizar apenas sobre variáveis selecionadas. Realistas, institucionalistas, globalizantes e outros, têm adicionado uma alta dose de *wishful thinking* em suas análises, deixando de lado algumas lições da História. Muitos teóricos da escola realista são praticamente idealistas ao dizerem que só o poder militar importa, esquecendo-se do fato de o direito ser, efetivamente, elemento central do sistema, assim como as Nações Unidas possuem influência e as diversas representações da sociedade civil mantêm capacidade de pressão sobre os Estados nacionais.

O problema dos “liberais” e de grande parte dos juristas, por sua vez, é exatamente o contrário, ao defenderem a prevalência desses elementos sobre o Estado. Os idealistas da ONU acham que essas organizações internacionais resolverão todos os problemas e que devem passar a atuar em todos os âmbitos de competência de um Estado. De todos os lados, existe, aparentemente, uma crescente desconexão entre a realidade internacional e o fundamento teórico/institucional que a tem fundamentado.

Conclusão

A título de breve exemplo final, cabe recordar uma situação histórica que atualmente é tratada como um acontecimento previsível, mas que à época não foi assim percebida: a Primeira Guerra Mundial. Hoje achamos que o quadro estratégico anterior àquela disputa de poder na Europa levaria inevitavelmente à Guerra. Não houve, contudo, no pré-guerra, duas conferências de Paz em Haia, que prometiam a resolução de conflitos por via pacífica?

Norman Angell não escreveu um livro, antes da conflagração, no qual dizia que a guerra estava ultrapassada, dados os benefícios do comércio internacional e do sistema da época? Cidadãos europeus viajavam livremente por toda a Europa e o Reino Unido era o principal parceiro comercial da Alemanha. Muitos na época acreditaram em uma nova ordem, defenderam-na e criticaram os mais céticos. A maior parte desses foi pega de surpresa pela conflagração mundial, naquela intensidade.

Ao longo do presente trabalho, foram explorados argumentos que poderiam ser eventualmente utilizados como contrapontos às afirmações de que estaríamos vivendo uma época caracterizada essencialmente por um “ineditismo” em termos da vida internacional. Conforme proposto inicialmente, o objetivo não era avançar essas idéias e argumentos em si, mas estimular uma postura crítica, de forma a se reavaliar o equilíbrio entre as linhas de continuidade e inovação da cena atual. A partir dos temas da guerra, das relações centro-periferia e da diferenciação entre tempos “normais” daqueles de crise, talvez seja possível ao menos defender que os elementos de continuidade que conformariam o sistema internacional atual parecem mal avaliados, ao passo que as novidades acabam por ser, em alguns casos, exageradas. A balança do novo e do velho, portanto, ainda não está regulada e esse provavelmente configura-se um dos desafios das relações internacionais atuais.

Nota

¹ NYE, Joseph, *O Paradoxo do Poder Americano* (São Paulo: Editora UNESP, 2002), p. 121.